

STF mantém decisão do TCU sobre cessão de servidores da segurança



Tentativa de acordo

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou liminar para manter 21 policiais militares, um sargento do Corpo de Bombeiros e um agente da Polícia Civil cedidos para atuar no trabalho de campo do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bessa, impetrou Mandado de Segurança com pedido de manutenção desses servidores. Foi uma medida contra a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a volta de todos os integrantes das forças de segurança ao trabalho em seus órgãos de origem.

Tentativa de acordo

Depois da decisão do Tribunal de Contas do DF, que dá a prerrogativa ao governador do DF para decidir pela cessão dos servidores da área de segurança, Rodrigo Rollemberg e sua equipe vão tentar repactuar com o Tribunal de Contas da União (TCU) as providências a serem tomadas neste caso.

[Medida Cautelar 35.211](#)

Fonte: Contexto Exato